PROTOCOLO Nº 036
Data: 24/04/2025
Ass: [Assinatura]

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL

Rua General Daltro Filho, 999 – CEP: 99660.000
Fone/Fax: 54 – 366-1490/1455/1436

Projeto de Lei nº. 015/2025, de 23 de abril de 2025.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal efetuar contratação temporária de excepcional interesse público para o cargo de Profissional na área de Informática, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo, nos termos do Art. 37, IX, da Constituição Federal, autorizado a contratar, em caráter temporário, conforme necessidade, um (01) Profissional com cursos básicos em Informática/Computação, com carga horária de 40 horas semanais/200 horas mensais e remuneração equivalente à R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) para atender a demanda junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Altayr Caldartt;

Art. 2º A contratação temporária de excepcional interesse público terá vigência a partir do instrumento contratual e se estenderá até o final do ano letivo de 2025, podendo ser prorrogado para o ano letivo de 2026, sendo interesse da administração.

§ 1º Só haverá pagamento da prestação dos serviços no período do ano letivo.

§ 2º O Poder Executivo Municipal reserva-se o direito de rescindir o contrato de trabalho antes do prazo fixado, se for do seu interesse ou caso cessar a necessidade da contratação.

Art. 3º A contratação será efetivada via contrato administrativo e o contratado vinculado ao regime geral da previdência social, ficando-lhe assegurado os direitos e deveres previstos na Lei Municipal Complementar nº. 001/2005 de 26 de julho de 2005, e no ordenamento legal municipal vigente.

Parágrafo único. O contratado de que trata o *caput* deste artigo terá direito aos aumentos e reajustes salariais concedidos aos servidores públicos municipais, bem como ao vale-alimentação.

Art. 4º O contratado de que trata a presente Lei somente terá direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade previstos no ordenamento legal municipal vigente, se estiver exposto a agentes insalubres ou em ambientes perigosos previstos em laudo técnico.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL

Rua General Daltro Filho, 999 – CEP: 99660.000
Fone/Fax: 54 – 366-1490/1455/1436

Art. 5º As obrigações e atribuições do contratado, bem como o nível de escolaridade exigido, estão previstas nos anexos que integram a presente Lei.

Art. 6º A contratação de que tratam o Art. 1.º da presente Lei, serão precedidas de processo seletivo simplificado.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por dotação orçamentária própria.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2025.

Paulo Sérgio Battisti
Prefeito Municipal

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL**

Rua General Daltro Filho, 999 – CEP: 99660.000
Fone/Fax: 54 – 366-1490/1455/1436

ANEXO I

CARGO: PROFISSIONAL DE INFORMÁTICA

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética: Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

b) Descrição Analítica: Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola, além de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, e executar atividades afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Carga horária de 40 horas semanais/200 horas mensais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Formação de cursos básicos na área de Informática/Computação e cursando licenciatura em pedagogia, nos termos da lei vigente, para o exercício da docência nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

b) Idade: Mínima de 18 anos;

RECRUTAMENTO: Processo Seletivo Simplificado.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL

Rua General Daltro Filho, 999 – CEP: 99660.000
Fone/Fax: 54 – 366-1490/1455/1436

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

Nobres Vereadores,

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo Municipal a contratar, em caráter temporário, conforme necessidade, um (01) Profissional de Informática para atendimento das Escolas Públicas Municipais Pingo de Gente e Professor Altayr Caldart, com 40 (quarenta) horas semanais.

A proposta justifica-se pela ausência de candidatos com licenciatura plena na área em processos seletivos anteriores, o que tem dificultado a efetivação do ensino de informática. Diante desse cenário, o projeto autoriza a contratação de profissionais que possuam formação na área, ainda que sem licenciatura, desde que comprovem qualificação por meio de cursos técnicos ou específicos, garantindo a continuidade e a qualidade do ensino oferecido.

Reiteramos que a admissão em caráter emergencial para atender a necessidade de excepcional interesse público, está prevista no artigo 37, IX, da Constituição Federal, bem como, na Lei Orgânica do Município de Campinas do Sul/RS, em razão do princípio da continuidade da prestação de serviços, do dever institucional do Município em oferecer ensino público e gratuito.

Assim, encarecemos pela aprovação do mesmo, por essa casa legislativa, como forma de garantir as nossas crianças e jovens toda atenção e desenvolvimento necessários à sua plena formação acadêmica.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2025.

Paulo Sérgio Battisti
Prefeito Municipal